

1. LINHA DE REFLEXÃO:

- (x) (I) Perfil Da Universidade ...
- (x) (II) Políticas De Ensino De Graduação ...
- (x) (III) Políticas De Pesquisa E Pós Graduação Em Ciência E Tecnologia ...
- (x) (IV) Estrutura Organizacional da UNEMAT ...
- (x) (V) Planejamento Institucional

PROBLEMÁTICA:

Inscrever a UNEMAT no espectro das grandes Universidades brasileiras, com foco na indissociabilidade de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Justificativa:

A UNEMAT passa por um momento ímpar na sua trajetória histórica. O grande crescimento na última década já suscitava a demanda por reformulações profundas. A conquista do Plano de Carreira, Cargos e Salários, em 2008, nos impulsiona decididamente na direção da indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; a Universidade vai crescer ainda mais e haverá de ficar ainda mais complexa do que já se encontra.

A UNEMAT , em sua natureza multicampi e em estágio inicial, constituiu-se como uma Universidade fragilizada do ponto de vista institucional e do Planejamento. O quadro docente hegemonicamente com qualificação em estágio inicial, percorreu um caminho de descobertas, de crescimento, porém desordenado. Isto se refletiu profundamente nos modos de Gestão de sucessivas administrações. O crescimento de que falamos, embora reconhecido, trouxe consigo uma gama de problemas institucionais que impuseram constrangimentos tanto do ponto de vista da qualidade da formação dos nossos estudantes, quanto do irrisório índice de serviços prestados à sociedade no campo da Pesquisa e da Extensão Universitária. Ainda que admirável o crescimento do número de Mestres e Doutores formados na última década, a qualificação docente ainda se limita ao valor de troca da mercadoria

força de trabalho potenciada; o valor de uso, ou seja, a qualificação que transcende a titulação só poderá se efetivar com a reorganização do trabalho docente, que pressupõe indissociabilidade não somente da expressão “Ensino-Pesquisa-Extensão”, mas trabalho docente indissociável da participação de estudantes, técnicos-administrativos e sociedade civil organizada.

Portanto, as condições gerais de produção de Ciência, Tecnologia e desenvolvimento humano, na UNEMAT, devem vir acompanhadas de uma profunda reformulação de princípios e reformulação organizacional.

TESES

- **Autonomia:** financeira, administrativa e pedagógica dos *campi*;
- **Democracia:** pelo princípio fundamental da **Paridade** nos processos eleitorais em geral;
- **Indissociabilidade:** a Universidade pautada pela Ciência tem o dever ético e político de promover Ensino-Pesquisa-Extensão como um todo referenciado no desenvolvimento humano;
- **Transparência:** publicidade das gestões, particularmente das contas da UNEMAT. Pelo fim imediato da FAESP com auditoria financeira. Pela impossibilidade de criação de novas Fundações.
- **Acesso e Permanência:** a Universidade Democrática deve assumir como imprescindível não somente o Acesso, com mais verbas e ampliação do número de vagas com estrutura pertinente, mas também a Permanência, ou seja, **Dotação Orçamentária** e apresentação de **Políticas e Programas de Assistência Estudantil** tanto do ponto de vista financeiro (RU, Moradia, Bolsas, Escola Infantil) como pedagógico (acompanhamento didático, monitorias, maior respeito e responsabilidade com alunos cotistas)

AUTONOMIA

Nesta nova fase que recém se inicia na perspectiva de alçarmos a UNEMAT a uma condição do que nacionalmente se entende por uma grande universidade, faz-se necessário referenciarmo-nos nestas. As grandes universidades brasileiras, particularmente as estaduais, primam pela autonomia financeira, administrativa e pedagógica.

Considerando a realidade de organização *multicampi* da UNEMAT, tal autonomia deve inserir-se na construção de uma estrutura que seja econômica e politicamente viável. A organização de distribuição dos recursos financeiros da universidade deve acontecer de forma que não se

permita a configuração da mesma como espaço de utilidade política nas relações de poder que se constituem na instituição.

Para potencializar as aptidões regionais, e viabilizar uma gestão que aconteça de forma mais participativa e transparente, é necessário que os repasses de recursos financeiros sejam destinados diretamente aos *campi* universitários, que dentro de determinado organograma administrativo, terão as devidas condições de gerir tais recursos de forma que as demandas regionais sejam eficientemente atendidas e que o projeto de trabalho da instituição como um todo tenha mais espaço de desenvolvimento.

DEMOCRACIA

Partamos do título que nos confere a sociedade: Universidade. A sociedade capitalista, dividida em classes antagônicas, promove conflitos de interesses particulares em todas as áreas da atividade humana, resultando em diversas tendências sociais. A universidade atrai para si, quando se associa ao nome, a responsabilidade de gerar e gerir espaços baseados na alteridade. Numa perspectiva da Universidade como espaço de formação humana é necessário garantir espaços de vivências democráticas nas relações constitutivas dos saberes articulados nas ações de Ensino-Pesquisa-Extensão, de maneira indissociável. A formação humana será vivida pela coletividade em debates acadêmicos, participação em órgãos colegiados, comissões, e demais locais de representatividade dos sujeitos que compõem a comunidade universitária. Neste sentido, há que se avançar em termos de paridade em eleições representativas.

INDISSOCIABILIDADE

“Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.”
BRASIL. Constituição (1988).

O paradigma moderno de Ciência fragmentou os conhecimentos de tal maneira que, em seus dualismos (corpo/mente; homem/natureza; razão /emoção; trabalho/capital) separou o conhecimento em unidades cada vez menores, hiperespecializações que refletem na perda do contexto mais geral, de interconexões que suscitam a possibilidade de novos conhecimentos. Na Universidade, a organização disciplinar, desarticulada dos fazeres da pesquisa e extensão, conduz a um quadro negativo onde não somente estas são deficitárias, mas o próprio Ensino. A Ciência da Educação já provou inúmeras vezes que o conhecimento é produzido em redes de relações sociais. A Pesquisa e a Extensão, vistas por este prisma, incidem necessariamente na qualidade do Ensino, à medida que professores, estudantes e técnicos-administrativos haverão de se articular sob um Planejamento Político Pedagógico, construído coletiva e democraticamente. A sala de aula, desta forma, torna-se um espaço privilegiado de produção estudantil, local de reflexão das ações externas articuladas pelos diversos deveres normativos da Universidade, quais sejam, Atividades Complementares, Estágio Curricular Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso. A atmosfera reinante burocrática, desta forma, perde lugar para uma ação que supera dialeticamente a estratificação infecunda; as ações passam a ser pensadas e planejadas ao nível do Departamento, fazendo com que os antigos estratos convirjam para um movimento único onde o saber é construído: uma atividade complementar pode e deve servir como fonte de pesquisa e de formação profissional, por exemplo.

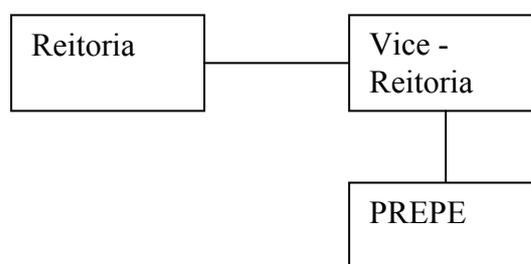
O princípio da indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão é fundamental no fazer acadêmico. A relação entre o ensino e a extensão conduz a mudanças no processo pedagógico, pois alunos e professores constituem-se em sujeitos do ato de aprender. Ao mesmo tempo em que a extensão possibilita a democratização do saber acadêmico, por meio dela, este saber retorna à universidade, testado e reelaborado. A relação entre pesquisa e extensão ocorre quando a produção do conhecimento é capaz de contribuir para a transformação da sociedade. A extensão, como via de interação entre

universidade e sociedade, constitui-se em elemento capaz de operacionalizar a relação entre teoria e prática. (UFMG/PROEX, 2005)

Disponível em: <<http://www.ufmg.br/proex/arquivos/diretrizes2005.doc>>

Porém não descuidemos da realidade factual. Não estamos propondo políticas de reformulação para qualquer outra Universidade. Referimo-nos à UNEMAT com seus déficits e seus construtos, com sua peculiaridade. Nosso corpo docente recém qualificado precisa ser considerado. A estrutura da Universidade deve levar em conta a formação continuada do professor não apenas enquanto titulação, mas fundamentalmente enquanto praticas científicas cotidianas. O trabalho de pesquisa indissociável dos estudantes haverá de encontrar terreno fértil na Pesquisa docente em comunidades científicas em níveis nacional e internacional.

A indissociabilidade de que falamos não é algo novo, surgiu praticamente junto com a Universidade. Entretanto, poucas práticas efetivas fazem jus ao significado que a expressão comporta. Embora demarcada na Constituição Brasileira de 1988 e frequentemente pronunciada em discursos acadêmicos, ainda necessita constituir-se enquanto prática que transcende os documentos oficiais. Considerar o caráter indissociável das ações de Pesquisa-Ensino-Extensão na UNEMAT, especificamente, significa pautar os Planos de Trabalho docente articulados aos Departamentos, aos Projetos Político-Pedagógicos dos Cursos, às Linhas de Pesquisa das diversas áreas do conhecimento, em consonância com uma Política de Indissociabilidade da Universidade. Pensamos em estruturar uma Pró-Reitoria de Pesquisa-Ensino-Extensão (PREPE) ligada a Vice-Reitoria da UNEMAT, por considerar que este tripé é a base de sustentação da Universidade. A partir desta grande articulação de uma Pró-Reitoria da Indissociabilidade com as Unidades de Ensino-Pesquisa-Extensão, o orçamento seria definido de maneira a garantir a qualidade de excelência em suas execuções. As relações institucionais na estruturação da Universidade podem ser melhor visualizadas no seguinte organograma:



TRANSPARÊNCIA

O princípio da Transparência das ações desenvolvidas pelos gestores da Universidade em todas as funções deverão obrigatoriamente ser publicizadas, via *site* da UNEMAT e documentos remetidos a todos os setores e Órgãos Colegiados. É imprescindível que haja rigor na transparência das ações porque são pressupostos fundamentais da democratização das relações ético-políticas e profissionais, uma vez que entende-se que as ações de gestão pautam-se pelas decisões coletivas, participativas e planejadas, de maneira a consolidar as políticas públicas da Universidade em seus princípios fundamentais, quais sejam: Autonomia, Democracia, Indissociabilidade, Transparência, Acesso e Permanência. Neste sentido, fica extinta qualquer possibilidade de Fundações gerirem os recursos da Universidade. Pelo fim imediato da FAESP com auditoria financeira. Pela impossibilidade de criação de novas Fundações.

ACESSO E PERMANÊNCIA

O Exame Vestibular tradicionalmente reflete a séria crise da educação nacional. Jovens são submetidos desde a tenra idade à fragmentação do saber, fórmulas estanques, não somente na área da Matemática, mas da Ciência em geral, cujo único significado é a própria submissão em troca da promessa da ascensão social. Não é de se surpreender que esta mesma juventude acesse a Universidade com a base de conhecimentos extremamente frágil, porosa, dificultando o desenvolvimento dos conteúdos de nível superior, dessa forma, sua profissionalização fica comprometida, em alguns casos,

deficitária. Anualmente presenciamos profissionais participando dos rituais de apropriação da mais-valia produzida na Universidade, a Formatura, a privatização do trabalho coletivo através do Diploma, porém o valor de uso da mercadoria força de trabalho potenciada nem sempre apresenta garantias acerca da qualidade demandada pela sociedade. Nossos jovens são alçados ao mercado com qualificação duvidosa, com lacunas de conhecimentos às vezes em níveis primários e enfrentam sérias dificuldades em suas trajetórias profissionais.

O fenômeno acima descrito certamente não é de fácil solução, pois não se trata de um problema local, mas de uma tradição nacional. O Vestibular privilegia uma estética de classe dominante, de acesso para aqueles que reproduzem tais valores ideológicos, já que negligencia, desconsidera, uma gama de saberes criativos, populares, que parecem não importar às demandas do capital, limitando a Universidade tão somente à reprodução das condições da produção, de formações discursivas e de inculcação ideológica, na melhor das hipóteses, de geração de tecnologia. Particularmente, no setor das Licenciaturas, nossos jovens professores chegam às salas de aulas dos filhos das classes trabalhadoras com a ingrata tarefa de reproduzir falsos conhecimentos desconexos, impertinentes, aprofundando ainda mais a crise da educação, suportando, portanto, contradições que levam o profissional, ao longo dos anos, a sérios problemas de saúde, principalmente de ordem emocional.

Enquanto política de Acesso, propomos a promoção de debates e estudos na direção de uma ação cientificamente elaborada na construção do Vestibular, que valorize potenciais criativos e desafiadores da epistemologia dos conhecimentos. É preciso que todas as pessoas tenham garantido o seu direito constitucional de acesso ao Ensino Superior, para além do ritual de entrada e saída hiperconectados ao mundo do trabalho, mas ao mundo dos conhecimentos historicamente construídos. É preciso garantir aos estudantes a experiência da construção dos conhecimentos, das relações com os saberes, com sentido identitário, epistemológico e sociológico. A aventura do fazer ciência no mundo contemporâneo requer uma postura criativa, inovadora e

emancipadora do ser humano em conexão com a vida. Precisamos interações qualificadoras da formação humana no espaço-tempo da Universidade Pública. Só é possível pensarmos ações entre sujeitos de conhecimentos numa perspectiva ético-estética e política de cuidados educativos, pautados na indissociabilidade dos fazeres da Pesquisa-Ensino-Extensão. Ou seja, são os significados construídos na práxis educacional o cimento da Comunidade Universitária.

Uma Universidade não excludente precisa olhar para as diversidades dos sujeitos em formação, ou seja, estudantes, professores e demais profissionais, com diferentes histórias e culturas, além das necessidades educacionais especiais: surdos, mudos, deficientes físicos e visuais. É preciso garantir espaços físicos, tecnológicos e pedagógicos para que as pessoas tenham as mesmas condições de acesso e permanência na Universidade. Para tanto, a UNEMAT terá de realizar um levantamento de demandas desses sujeitos e das reais condições de execução.

RESUMO

Estas teses visam reformular as condições gerais de produção de ciência, tecnologia e desenvolvimento humano da UNEMAT. Nesse sentido, mudanças significativas nos campos estrutural e organizacional da Universidade devem ser efetivadas através de pressupostos básicos, tais como: Democracia, Indissociabilidade, Transparência, Acesso e Permanência.

Lista de Autores do Campus de Sinop

- Maria Madalena de Lima Silva
- Anézio Martins Santana
- Julio Cesar dos Santos Brandão
- Marcos Fábio da Silva
- Denizalde Jesiél Rodrigues Pereira
- Jaqueline Pasuch
- Tiago Oliveira
- Selmo Ribeiro Figueiredo Jr.
- Irene Beber
- Isabela Souza

- Cristinne Leus Tomé
- Ivone Cella
- Maria Ivonete de Souza
- Joangela Moura
- Juliane Moura
- Paulo Vilela Marques
- Henrique Alves
- Ilza Polini
- Edna Sampaio (**Cáceres**)